1 Introdução

O surgimento da educação em/para os direitos humanos, na década de 1980, com o fim das ditaduras militares em muitos países do continente latino-americano e o início de processos de redemocratização, e sua evolução nas décadas seguintes envolveram diversos sujeitos históricos, indivíduos, grupos e instituições de diferentes tipos mas, especialmente, movimentos sociais e ONGs.

É nesse contexto que se situa o trabalho que desenvolvemos. Na construção do objeto deste estudo, é necessário considerar diferentes dimensões, tanto no que diz respeito à nossa própria trajetória acadêmico-profissional quanto no que trata da questão dos direitos humanos e sua relação com os processos educativos no contexto latino-americano das últimas décadas.

1.1 Nosso interesse pelo tema

O interesse pelo tema da pesquisa está intimamente relacionado à nossa história de vida e entrelaçado com a descoberta de nossa própria cidadania como âmbito de acesso e exercício dos direitos humanos. Esta é certamente uma construção que foi e continua se configurando no tempo e no espaço.

Nossa escolha por estudar ciência política no curso de graduação foi motivada pela procura de uma carreira universitária que oferecesse a possibilidade de uma participação social que propiciasse colaborar na luta por uma sociedade mais justa e democrática. Começamos nossa vida universitária em Córdoba, Argentina, no mesmo ano do golpe militar que deu início à terrível experiência da ditadura que marcaria profundamente os rumos do país e da sociedade. Foram anos de violência, guerrilha urbana, perseguição, silêncio, desconfiança, medo, tortura, desaparecidos, assassinatos, supressão de liberdades e direitos. Anos de repressão, terror e controle, configurados pela Doutrina da Segurança Nacional.

Não foi fácil realizar estudos de ciência política nesse contexto, em que tudo que não estava de acordo com o sistema era considerado inimigo e devia desaparecer, porque se transformava numa ameaça. Essa realidade também estava

presente no âmbito acadêmico e no acesso ao conhecimento, em que tudo que se suspeitasse ter relações com a esquerda, com marxismo ou socialismo era censurado e mesmo eliminado.

O tempo passou, entre tensões e conquistas formamo-nos, a ditadura terminou em 1983 e começou o processo de redemocratização do país. Em 1985, tive a possibilidade de vir para o Brasil para realizar estudos de pós-graduação no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Também aqui se estava iniciando a etapa de redemocratização, depois de mais de vinte anos de ditadura. Escolhemos esse programa porque, de todos a que tivemos acesso, era o que tinha maior sensibilidade e abertura para a perspectiva latino-americana. Nossa dissertação de mestrado foi: *Democracia e Política Externa: a diplomacia Argentina na ONU (1983-1987)*¹, cobrindo o período de pós-guerra das Malvinas e sua negociação com a Inglaterra no âmbito da ONU.

A experiência da universidade e o encontro com a cultura brasileira foram, para nós, impactantes, fortes, fonte de riqueza, crescimento, liberdade e descoberta de direitos que até o momento nos tinham sido negados. Foi a primeira oportunidade que tivemos de acesso a fontes de conhecimento até então censuradas na Argentina, que enriqueceram muito a visão e o enfoque de nossa profissão e ampliaram nossa formação, não só do ponto de vista acadêmico como também humano-existencial.

O curso de mestrado, além de ampliar e sistematizar nossos conhecimentos nas áreas de ciência política e relações internacionais, propiciou-nos aprofundar o processo de pesquisa e o gosto pela aventura da produção de conhecimento. Para a realização dos estudos, contamos com bolsa do CNPq e da Capes.

¹ SACAVINO, S. **Democracia e Política Externa: a diplomacia Argentina na ONU (1983-1987)**. Departamento de Ciências Jurídicas, PUC-Rio. Dissertação de Mestrado orientada pela professora Sônia de Camargo, 1989.

Junto com as descobertas acadêmicas que ampliavam nossos horizontes e nos faziam descobrir o valor da cidadania e da participação social para a construção do bem comum, inquietava-nos e nos interpelava a realidade de nosso novo país – o Brasil –, com suas extremas desigualdades, que evidenciavam a falta ou a precariedade da cidadania para as grandes maiorias. Também nos preocupava nossa situação de, sendo estrangeira, poder realizar os estudos com uma bolsa oferecida pelo governo brasileiro, quando muitos cidadãos/as do próprio país não tinham acesso à universidade.

No Brasil, descobrimos e aprendemos que uma sociedade com dignidade e qualidade de vida para todos/as se constrói com a participação e a colaboração de diferentes mediações, e que tão importante quanto o governo é a sociedade civil, com seus diferentes atores sociais.

Nossa vida sofreu grande mudança de rumo ao terminar o mestrado. Decidimos ficar no Brasil e colocar nossa profissão a serviço dos grupos sociais excluídos ou que vivem com sua cidadania negada, colaborando no difícil caminho de construção da cidadania social e da afirmação da democracia.

Todas essas inquietudes e desejos se concretizaram através de um projeto coletivo, construído com outros profissionais de ciências humanas e sociais, que se efetivou na criação de uma organização não-governamental. No início da década dos noventa, algumas ONGs brasileiras adquiriram especial visibilidade depois de anos de repressão; outras nasciam procurando focalizar temas emergentes no contexto de redemocratização do país. Todas essas organizações estavam se afirmando e se apresentavam como uma plataforma importante e estratégica para a formação de atores sociais.

Desde 1991, assumimos a coordenação executiva da ONG Novamerica, que tem como finalidade:

promover a construção da democracia como estilo de vida e a participação na sociedade civil, favorecer o desenvolvimento de uma consciência latino-americana e de uma ética da solidariedade, estimular o reconhecimento e valorização das diferentes culturas, no âmbito nacional e internacional, através da promoção de processos educativos e culturais orientados à formação de diferentes agentes sociais multiplicadores, prioritariamente pertencentes a grupos populares e excluídos, e à capacitação de professores/as (www.novamerica.org.br, acessada em 30/1/2008).

Durante todos esses anos, desenvolvemos nossa profissão na área da educação em/para os direitos humanos e a cidadania, em que adquirimos ampla experiência e formação profissional, através do trabalho na educação formal, especialmente na formação em serviço de professores/as de escolas públicas de diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil assim como em outros países da América Latina, e na educação não formal, na formação de agentes sociais de diferentes movimentos sociais.

As atividades promovidas por essa ONG abrange diferentes dimensões: pesquisa, sistematização, realização de processos formativos, elaboração de materiais pedagógicos e diferentes publicações.

Nossa preocupação permanente, que perpassa todos esses âmbitos de atuação, é colaborar na transformação social e na construção de um projeto contra-hegemônico de sociedade, em que a democracia não se reduza a momentos de eleição, mas seja uma prática cotidiana que perpassasse as diferentes dimensões da vida.

Nossa função dentro da ONG e nossa experiência profissional nos levaram a participar e militar em diferentes instâncias e grupos, em níveis nacional e internacional, ao longo de todos esses anos.

No nível pessoal, o desenvolvimento de processos educativos de formação da cidadania de sujeitos e atores sociais nos levou a questionar novamente nossa própria cidadania, que, por ser estrangeira, via-se cerceada, especialmente no que se refere aos direitos políticos. A inserção de permanência no Brasil e a identificação com o contexto sociocultural do país junto com esse questionamento nos motivaram a tomar a decisão e opção de assumir a nacionalidade brasileira, que se concretizou em 1999.

Além de marcar nossa trajetória profissional, o tema da educação em/para os direitos humanos nos processos de redemocratização vem nos instigando intelectual e experiencialmente há vários anos e em diferentes dimensões. Nesse sentido, para aprofundar nessa perspectiva, em 2003 candidatei-me ao Doutorado em Educação da PUC-Rio. O trabalho de pesquisa que desenvolvemos é fruto dessa trajetória.

1.2

Delimitação do tema: processos de democratização e educação em/para os direitos humanos

A democracia na América Latina apresenta-se como uma realidade contraditória, herdeira de uma tradição de fortes contrastes. Não só o conceito de democracia contém, em nossa região como em outras partes do mundo, o legado universal de uma trajetória de longa duração, mas também revela, no decurso do tempo, uma mudança de significados e de contextos tão ricos quanto persistentes, que permitem afirmar que a democracia é o resultado de uma intensa e corajosa experiência social e histórica que se constrói dia a dia, nas realizações e frustrações, ações e omissões, ocupações, intercâmbios e aspirações de seus protagonistas: cidadãos, grupos sociais e comunidades que lutam por seus direitos e edificam incessantemente sua vida em comum (PNUD, 2004:53).

No sentido histórico-político, Botana (2004:32-33) destaca que a peculiaridade da democracia na América Latina consiste no fato de que ela teve que realizar, ao mesmo tempo, os propósitos de constituir o Estado, a nação, a cidadania, a representação política e a sociedade civil. A democracia não se produziu, na região, segundo uma seqüência diacrônica, segundo a qual o Estado e a nação precedem ao desenvolvimento dessa forma de organização social. Por outro lado, as mudanças e regressões dos atributos republicanos da representação política e da cidadania não avançaram de acordo com o modelo que aos direitos civis se superpõem posteriormente os direitos políticos e a esses se acrescentam os direitos sociais. A metáfora de um aperfeiçoamento cronológico dos direitos, análoga às gerações, tem na América Latina um caráter muito mais descontínuo. Os direitos não têm cobrado forma por acumulação, e sim pela exclusão².

² Botana comenta que, em cada um desses itinerários, a presença de alguns direitos ocasionou a negação completa ou parcial de outros. No primeiro itinerário, a manipulação dos direitos políticos colocou a descoberto a vigência truncada dos direitos civis; no segundo, o impulso para o desenvolvimento dos direitos sociais se afirmou em algumas oportunidades em detrimento dos direitos civis e políticos e, no limite extremo da ditadura, levou à sua radical abolição; no terceiro, contemporâneo com nossas circunstâncias, a expansão dos direitos políticos deve procurar a vigência dos direitos civis e sociais, profundamente afetados pelo contexto de insuficiência institucional e de aumento das desigualdades.

Os processos de democratização a partir da década de 1980, na maioria dos países da América Latina, deram-se junto com a aplicação e implementação das políticas neoliberais, especialmente a partir do “Consenso de Washington”, realizado em 1989. O Chile é uma exceção nesse processo, porque a aplicação do modelo neoliberal, especialmente na política econômica, já tinha começado durante a ditadura de Pinochet, iniciada em 1973, mas continuou sendo reforçada nos diferentes governos democráticos.

Sinteticamente, podemos afirmar que as principais características desses processos de democratização orientados pela ideologia neoliberal, que provocam diversas mudanças estruturais, são as seguintes:

- No âmbito econômico, a globalização, alinhando-se à lógica do mercado mundial, os ajustes estruturais, a transformação produtiva, o equilíbrio macroeconômico e o controle da inflação;
- Na esfera do Estado, as reformas, privatizações, enfraquecimento e deslocamento dos principais direitos sociais da esfera pública para o âmbito privado e do mercado;
- Na dimensão social, acentuam-se os processos de exclusão de todo tipo, de polarização, de violência e de aumento das desigualdades;
- No âmbito cultural, acontece uma acentuada segmentação, com o auge da cultura do consumo opulento e da produção eficiente, com a afirmação da ideologia do mérito individual, do prêmio para os vencedores e exclusão dos que são incapazes de se afirmar na lógica do sistema;
- Na esfera política, os processos de democratização realizados sob o esquema neoliberal estão marcados pela corrupção e apresentam a democracia como um valor, enfocada estritamente como uma forma de governo. Segundo Weffort (1992:97) a visão da democracia predominante se situa:

na definição dos procedimentos que os cientistas políticos chamam de “definição mínima” da democracia: voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, direito de associação e responsabilidade dos executivos.

Esta ênfase no nível dos procedimentos eleitorais, afirmando a dimensão formal, é a que alguns autores, como O’Donnell (2000), identificam como

“democracia de baixa intensidade”. Nesse contexto, a democracia se apresenta como um valor e uma prática de âmbito político, mas a articulação e a regulação da sociedade não vão ser realizadas através dessa dimensão e, sim, progressivamente, vão ser deslocadas para a centralidade da esfera econômica, especialmente para o âmbito do mercado. Essas “democracias de baixa intensidade” neoliberais na América Latina substituem uma forma de organização e desenvolvimento social e político estruturada a partir do Estado por outra organizada em torno do mercado, configurada a partir de sua própria lógica. Como destaca Borón (2003:28), os governos não ficaram satisfeitos com estabelecer uma economia de mercado: foram ainda mais longe, promovendo uma “sociedade de mercado”, na qual os direitos dos cidadãos são redefinidos a partir de uma lógica mercantil, produzindo por essa via a desproteção de grandes contingentes das populações. A passagem de um modelo para o outro se dá mediada pela capitulação do Estado e a falência de suas capacidades de intervenção e gestão, o que coloca objetivamente o Estado e a sociedade como reféns do mercado, e este em condições de desenvolver até o limite o darwinismo social que permite selecionar os mais aptos e eliminar o resto.

Nesse sentido, o *Relatório sobre a Democracia na América Latina* (2004:31), elaborado por um grupo de especialistas para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de um estudo realizado em 19 países do continente, também demonstra em suas conclusões que, na década de 1990, embora muito valiosos, os avanços alcançados em termos de desenvolvimento da democracia não foram suficientes. E afirma ser necessário aprofundar, para avançar neste caminho, tanto a governabilidade democrática, entendida como o fortalecimento institucional do regime, quanto – e de maneira muito especial – a cultura política, que pressupõe a construção de espaços de participação equitativa, especialmente dos mais desfavorecidos. Isso supõe decisão política, assim como poder contar com dirigentes comprometidos com seus países e com a região, e cidadãos e cidadãs decididos a enfrentar os problemas e desafios para viver cada vez mais e melhor com democracia.

O relatório corrobora a afirmação já destacada, de que no continente, especialmente na década dos noventa, a democracia foi observada essencialmente em sua dimensão eleitoral. A política foi examinada sob o prisma da crise expressa pelos partidos, pelas estruturas clientelistas, pela corrupção ou pelos

regimes eleitorais, e a problemática do Estado centrou-se na questão do equilíbrio das contas fiscais, na modernização burocrática e na diminuição de sua interferência na economia. Tendo presente essa realidade, o documento propõe, para a discussão do desenvolvimento da democracia, ampliar os conteúdos da agenda, partindo da base de que a definição dos sentidos da democracia também faz parte das tarefas que possibilitam transformá-la e enriquecê-la (PNUD, 2004:52).

Nesse contexto, em confronto com o projeto de redemocratização neoliberal, vem se afirmando igualmente a perspectiva da democracia participativa e popular que supera a consolidação da democracia eleitoral sustentada pelo neoliberalismo. Este projeto se baseia especialmente na abertura e aprofundamento de novas esferas do espaço público, especialmente através da sociedade civil, alargando o conceito de participação política e de cidadania (Dagnino *et alli*, 2006:15).

Essa visão se assenta na articulação de três eixos importantes da construção do processo democrático no continente.

Em primeiro lugar, o reforço da consolidação de fato da democracia eleitoral durante as últimas décadas em praticamente toda a América Latina, com diversos graus de desenvolvimento ou precariedade institucional, o que tem permitido que essa prática fosse se afirmando por vias constitucionais, mesmo em países que passaram por graves crises internas.

No entanto, tem-se estendido por toda a região uma profunda insatisfação com os resultados dessas democracias de “baixa intensidade” em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão social e política. Essa realidade configura o segundo eixo do processo. Essa decepção da cidadania com os verdadeiros resultados das democracias realmente existentes no continente foi muito bem demonstrada pelo *Informe sobre a Democracia*, do PNUD, ao qual já fizemos referência.

O terceiro eixo refere-se a todas as experiências que se vêm realizando em matéria de aprofundamento e inovação democrática e de alargamento do campo da política e da construção da cidadania em vários países do continente. Essa realidade permite ressignificar a idéia da própria democracia, demonstrando em diferentes escalas e graus de complexidade que é possível construir outro projeto democrático baseado em princípios de extensão e capacidades de decisão,

participação política da cidadania e reconhecimento e inclusão das diferenças.

Esse debate sobre a democracia e os diferentes projetos políticos que vêm sendo gerados a partir de experiências concretas caracteriza atualmente a América Latina. É importante salientar que os diferentes projetos usando os mesmos termos e discursos parecidos na realidade apresentam horizontes diferentes, o que exige uma discussão aprofundada sem a qual corre-se o risco de considerar as diferentes posições como confluentes.

É nesse cenário de disputas de visões e conteúdos democráticos que começa a ser desenvolvida no continente a educação em/para os direitos humanos no final da década de 1980, com a convicção de que:

recuperar a democracia significava capacitar-se para conhecer, defender e exigir o respeito dos direitos humanos. Sabia-se que com a violação dos direitos humanos não pode ser construída uma sociedade moderna e democrática. Acreditávamos que os direitos humanos deveriam ser o fundamento ético de um novo paradigma educativo, de uma educação libertadora, transformadora, de uma educação para a cidadania (Magendzo, 2005:1).

No que diz respeito ao nosso tema de estudo, a relação dessas novas democracias com os direitos humanos e, mais especificamente, com a educação em/para os direitos humanos, três aspectos são de especial importância no período que nos ocupa e de alguma forma qualificam esse período de democratização.

O primeiro aspecto se refere à sua relação com as violações ocorridas nas ditaduras recentemente vividas. Os governos democráticos terão que enfrentar essa questão, especialmente no início de cada gestão. O segundo aspecto está relacionado à tensão entre democracia e mercado e suas conseqüências do ponto de vista da efetivação dos direitos econômicos e sociais. Um último elemento a ser mencionado se relaciona com as questões decorrentes da afirmação dos direitos culturais, reivindicados pelos grupos historicamente silenciados e excluídos, que requererão a implementação de políticas públicas específicas.

No desenvolvimento de nossa pesquisa, procuramos aprofundar e desenvolver esses aspectos, especialmente no que diz respeito à sua relação com a educação em/para os direitos humanos, confrontando a democracia com suas próprias violações e contradições. Como destaca Alves (2005:154):

conforme estabelecia a Declaração e Programa de Ação de Viena 1993, a democracia é elemento fundamental para se obter a observância dos direitos humanos, inclusive os “de segunda geração”. Até porque, conforme ensinava Marshall desde a década de 1940, os direitos civis e políticos sempre foram

instrumentos importantes para a consecução dos direitos econômicos e sociais pelo proletariado dos países que se modernizaram nos dois últimos séculos. Mas, para quem acompanha apenas superficialmente a questão dos direitos fundamentais nestes tempos pós-Guerra Fria, dada a acentuada assertividade dos movimentos da sociedade civil, a total liberdade dos partidos de oposição e a extraordinária – e salutar – exposição autocrítica das mazelas nacionais a que se dedicam os mais importantes órgãos de imprensa livre (quando não submetida pelo sistema econômico dominante a verdadeira lavagem cerebral, como se vê em alguns dos países ocidentais desenvolvidos), tem-se a impressão de que países como o Brasil, o Chile, a Argentina, a Venezuela e outros congêneres, plenamente redemocratizados neste início de século, são mais violadores dos direitos de sua população do que governos autoritários ignorados dos noticiários.

Como afirma O'Donnell (2004b:11) no estudo realizado pelo PNUD, já referido, sobre a democracia na América Latina, é importante levar em consideração, em seu desenvolvimento, os seguintes aspectos:

- embora o regime democrático seja um componente indispensável da democracia, ele é insuficiente para caracterizá-la adequadamente. O Estado e, em alguns sentidos, o contexto social geral, também são componentes importantes da democracia;
- o estudo da democracia no mundo e, portanto, no continente, supõe atenção à especificidade histórica de cada caso.

A democracia é mais do que um conjunto de condições para eleger e ser eleito, identificada como democracia eleitoral. Democracia é também uma maneira de organizar a sociedade com o objetivo de garantir e expandir os direitos que os indivíduos possuem. Essas duas caras da democracia estão intimamente vinculadas, e o grau de desenvolvimento de ambas incide substancialmente em sua qualidade e sustentabilidade (PNUD:2004-53).

Nesse sentido, Vázquez (2001) destaca que o tema dos direitos humanos e da educação em/para os direitos humanos torna-se de fundamental importância, porque:

Ninguém (...) pode gozar completamente de nenhum direito, que supostamente possui, se não conta com os elementos essenciais para uma vida razoavelmente saudável e ativa. Como conseqüência, seria inconsistente reconhecer direitos referentes à vida ou à integridade física quando os meios necessários para o exercício e gozo desses direitos são omitidos (*apud* PNUD, 2004:67).

Também Weffort (1992:98) reforça essa linha de pensamento quando chama

a atenção para a complementação entre as regras mínimas de procedimento das novas democracias políticas e a existência de certas condições sociais mínimas que as façam possíveis.

Embora as constituições da América Latina consagrem os direitos à educação, à saúde e ao trabalho, estes foram seriamente comprometidos durante o período referido, assim como outras dimensões, como a satisfação das necessidades básicas, que continua recebendo tratamentos desiguais nos diferentes países. Transformar essa realidade significa investir numa série de políticas públicas precisas e focalizadas **nessa direção**.

Nessa perspectiva, o tema da educação em/para os direitos humanos se torna relevante e uma mediação oportuna e apropriada para a construção dos processos de redemocratização, como destaca Klainer (2000:39):

hoje mais que em outras épocas é necessário recuperar o ideal de cidadania unificador que não pode ter outro horizonte ético que a cultura dos direitos humanos, e para isso a escola joga um papel muito importante, porque se tem convertido praticamente no único espaço público de contacto entre a sociedade e o Estado.

Nesse contexto, surge a pergunta sobre o papel da educação em/para os direitos humanos desde meados da década dos anos 80, quando começam as primeiras experiências que lhe dão origem em contextos políticos de redemocratização.

1.3

Questões, hipótese de trabalho e objetivos da pesquisa

A questão que nos move a realizar este estudo refere-se às seguintes perguntas: que relações existem entre educação em/para os direitos humanos, cultura política e democracia? Em que medida a educação em/para os direitos humanos exerce função mediadora nesses processos? Como os protagonistas da promoção da educação em direitos humanos vêm essa relação? Como se desenvolveu a educação em/para os direitos humanos a partir da década dos 80 na América Latina e, particularmente, nos países focalizados nesta pesquisa? Que possibilidades e dificuldades as políticas públicas de educação em direitos humanos têm enfrentado? Qual o papel da sociedade civil nesses processos?

A hipótese orientadora de nosso trabalho é a seguinte:

A educação em/para os direitos humanos tem contribuído para a construção democrática tendo como eixo central os direitos da igualdade. As questões relativas aos direitos referidos às diferenças somente recentemente vêm adquirindo, ainda lenta e fragilmente, maior visibilidade nos processos de afirmação democrática nos países pesquisados.

Assim, nossa pesquisa foi orientada pelos seguintes objetivos:

- Analisar a evolução da educação em/para os direitos humanos na América Latina tendo presente o desenvolvimento dessa temática no contexto internacional;
- Compreender as inter-relações entre o papel dos diferentes atores sociais, organizações não-governamentais, governo etc. na promoção da educação em/para os direitos humanos em contextos sociopolíticos de (re)democratização: Chile e Brasil;
- Identificar as principais questões e desafios para o desenvolvimento da educação em/para os direitos humanos no momento atual do continente.

No que diz respeito à pesquisa de campo, realizamos dois estudos de caso: no Brasil e no Chile. Essa opção foi motivada porque os dois países apresentam algumas semelhanças e diferenças em relação ao foco de estudo. Em ambos os países as primeiras experiências de educação em/para os direitos humanos começaram a ser desenvolvidas na segunda metade da década dos anos 80. No início dos anos 90, os dois países já tinham superado as ditaduras militares e se encontravam em franco processo de construção democrática, com eleições limpas³ e livres, segundo a classificação do referido relatório do PNUD. Em ambos os países a educação em/para os direitos humanos se desenvolveu com pessoas e instituições de referência, que constituíram os sujeitos de nossa pesquisa.

Segundo alguns autores, as diferenças se apresentam fundamentalmente no nível de consolidação das instituições e práticas que hoje reconhecemos como

³ O'Donnell caracteriza as eleições limpas como aquelas que são competitivas, livres, igualitárias, decisivas e inclusivas (2004:22).

democráticas. O Chile⁴ é um dos poucos países da América Latina que seguiram caminhos semelhantes aos dos países centrais no que se refere ao desenvolvimento e evolução dos direitos humanos⁵ (O'Donnell, 2004:55).

Hurtado (2004:392) afirma, em relação à cultura política, que o caso do Chile é ilustrativo porque, desde que o povo colocou fim à ditadura:

sua democracia se tem caracterizado pela estabilidade de suas instituições, o império da lei, a moderação do debate político, a procura de consensos, a vigência de alianças perduráveis, a continuidade das políticas públicas, a presença de um serviço público profissional e honesto, a ausência de políticas clientelísticas e populistas, o predomínio do interesse geral e a presença de partidos políticos representativos, atributos da democracia chilena de longa data que sua atual classe dirigente tem resgatado.

Ao contrário do caso chileno, na maioria dos países latino-americanos, incluído o Brasil, segundo O'Donnell⁶ (2004), a seqüência foi a seguinte: primeiro outorgaram-se alguns direitos sociais, mais limitados que nos países centrais e que nas últimas duas décadas estão sendo profundamente fragilizados. Mais tarde, adquiriram-se os direitos políticos através de processos passados ou presentes de democratização política. Em terceiro lugar, e ainda hoje, os direitos civis implantados de forma recortada e intermitente. Esse seria o padrão nacional-populista que alcançou a conquista dos direitos políticos mas ainda falta muito para conseguir, para todos, uma expansão satisfatória dos direitos civis e sociais. Fato que demonstra a importância da democracia no continente como ponto de apoio e espaço de luta para alcançar os outros direitos ainda tão limitados e conferidos, na prática, de maneira parcial.

⁴ Junto com Costa Rica e Uruguai.

⁵ Esses países seguem o que se chama o “padrão marshalliano” de evolução de direitos civis-políticos-sociais. Nos países centrais, a questão das capacidades que habilitam a exercer a liberdade dos indivíduos foi encarada no âmbito dos direitos civis e sociais. A idéia que subjaz a essas construções legais é a da equidade, que, em termos de capacidades disponíveis e de ausência de coerção peremptória, considera os indivíduos como seres livres e responsabilmente capazes de escolher. Essa visão ficou inscrita na consciência moral da humanidade pela Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. A maioria desses direitos não foi simplesmente outorgada, eles foram conquistados por meio de múltiplas lutas, conduzidas por setores sociais oprimidos, explorados e discriminados. Por esses caminhos complexos, aqui resumidos, é por onde nos países centrais, foram surgindo as instituições e práticas que hoje reconhecemos como democráticas (PNUD, p.62).

⁶ Pode-se ver também Murilo de Carvalho (1991) e Nun (2001), citados pelo próprio O'Donnell.

Na caracterização que faz dos regimes democráticos contemporâneos na América Latina⁷, O'Donnell também destaca que, embora existindo variações, pode ser realizada uma classificação que mostra a diferença entre os dois países selecionados para nossa pesquisa de campo.

- Países onde o regime e o Estado característicos da democracia estão basicamente satisfeitos. Ai se encontram: Costa Rica, Uruguai e Chile.
- Países que podem ser classificados como democracias políticas ou regimes políticos democráticos nos quais as características pertinentes são satisfeitas a nível nacional mas há descontinuidades significativas no alcance da legalidade do Estado em várias regiões, incluindo características não-democráticas de alguns regimes subnacionais. Aqui encontramos Brasil, Argentina, Bolívia e México, entre outros.
- Países que podem ser classificados como “democracias políticas condicionais”, devido ao fato de que, além de partilhar as características do grupo anterior nos termos do alcance limitado da legalidade do Estado, não apresenta com clareza a realização de eleições limpas institucionalizadas. Neste caso se encontram Guatemala e Venezuela.
- O quarto item da classificação se refere a países que podem ser considerados “regimes autoritários com base eleitoral”, que realizaram eleições, mas não têm sido limpas e parecem não-institucionalizadas. Neste grupo se encontram Paraguai e Haiti.

Para finalizar este item, consideramos também importante abordar o sentido da educação em/para os direitos humanos. Educação e direitos humanos, educação para os direitos humanos, educação em direitos humanos são expressões que se utilizam normalmente para se referir ao nosso objeto de estudo. Parece que são equivalentes, e que as variações lingüísticas são sem importância. No entanto, consideramos que detrás dessas pequenas variações há visões e mentalidades

⁷ Segundo o autor, esses regimes, dos 19 países do continente estudados, partilham duas características: a primeira corresponde à realização de eleições razoavelmente limpas, institucionalizadas e inclusivas, assim como à sanção dos direitos participativos relativos a tais eleições; a segunda se refere ao desfrute de algumas liberdades políticas, especialmente de opinião, expressão, associação, movimento e acesso a meios de comunicação razoavelmente livres e pluralistas.

diferentes em relação à compreensão do sentido da educação em direitos humanos. Neste trabalho, utilizaremos a expressão educação em/para os direitos humanos porque consideramos que o ato de educar leva consigo um aspecto importante que é saber, informar-se, compreender o conteúdo dos direitos humanos e seu significado jurídico, histórico, social etc., mas, ao mesmo tempo, exige uma prática determinada, uma ação, uma coerência entre o conhecer e o fazer, que implica determinado enfoque metodológico/didático capaz de conter todas essas dimensões.

No texto o/a leitor/a encontrará também algumas das outras expressões que aparecerão em momentos específicos. Nesses casos, optamos por respeitar a expressão usada pelo/a autor/a ou o/a entrevistado/a.

1.4

Situando a pesquisa de campo: considerações metodológicas

A natureza das questões que constituíram o nosso objeto de estudo e sua abrangência exigiram um tratamento metodológico que articulasse as seguintes dimensões: análise bibliográfica, orientada a realizar um balanço crítico da produção pertinente, e a realização de uma pesquisa de campo na perspectiva qualitativa, através do desenvolvimento dos estudos de caso já mencionados.

Com Serrano Blasco (1995:45), pensamos que o estudo de caso reconhece, na singularidade individual, na particularidade, o espaço privilegiado em que a cultura e a história se “depositam” e constituem um ser falante. A centralidade do estudo de caso é o particular; mas este é abordado como uma conquista criativa, sempre discursivamente estruturada, historicamente contextualizada e socialmente produzida, reproduzida e transmitida.

Na mesma linha, André (2005:18), citando a concepção de Stake (1995) sobre o estudo de caso qualitativo, destaca que “é o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias”, ou seja, um estudo em profundidade de um fenômeno educacional com ênfase em sua especificidade. É nessa perspectiva que nos situamos para desenvolver o trabalho de campo.

André também enfatiza que o estudo de caso não é um método específico, mas um tipo de conhecimento. O estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado em que uma questão fundamental é o conhecimento derivado do caso, o que se aprende ao estudar o caso (André, 2005:16).

Como fontes para a pesquisa, utilizamos dois níveis de informações. O primeiro, centrado na análise documental e bibliográfica, em que trabalhamos a legislação internacional, especialmente de organismos internacionais como a ONU, a Unesco e no âmbito interamericano sobre educação em direitos humanos. Esses documentos situam as políticas públicas em ambos os países objeto da pesquisa, assim como as produções de autores e instituições de diferentes origens especializados na educação em/para os direitos humanos, dando ênfase especial à produção latino-americana e à produção dos/as profissionais entrevistados/as. Para a análise do processo de redemocratização vivido particularmente em cada um dos países focalizados – Chile e Brasil –, privilegiamos a produção de autores latino-americanos.

Quanto ao segundo nível de informação, diz respeito às leituras, concepções e perspectivas dos diferentes atores selecionados por seu especial comprometimento com o tema nos respectivos países e no continente. Nesta perspectiva, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, levando em conta que a escolha do procedimento e dos instrumentais adequados é um ponto crucial para o desenvolvimento e a fidedignidade dos resultados da pesquisa. Nesse sentido, o/a pesquisador/a se apropria da entrevista não como uma técnica que transpõe mecanicamente para uma situação de coleta de dados, mas como parte integrante da construção do objeto de estudo (Zago, 2007:295).

De acordo com André (2005:51), as entrevistas, no contexto dos estudos de caso, objetivam revelar os significados atribuídos pelos/as entrevistados/as a uma dada situação; a utilização desse instrumento se impõe como uma das estratégias fundamentais para esse tipo de pesquisa.

Também conforme Thompson (1992) e Burke (1977) (*apud* Rosa e Arnoldi, 2006:16):

a entrevista é uma ferramenta imprescindível para se trabalhar buscando-se contextualizar o comportamento dos sujeitos, fazendo a sua vinculação com os sentimentos, crenças, valores e permitindo, sobretudo, que se obtenham dados

sobre o passado recente ou longínquo, de maneira explícita, porém tranquila, e em comunhão com o seu entrevistador, que deverá, inicialmente, transmitir atitudes que se transformem em transferência e troca mútua de confiabilidade.

Sabemos que a construção da problemática estudada sofre processo de amadurecimento, demanda trabalho de fôlego, como lembra Bourdieu (1989:27), que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridas por esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Convém ainda lembrar que o método é aqui entendido não em oposição à teoria ou como um conjunto de técnicas de pesquisa. O sentido dado é o da orientação teórico-metodológica que sustenta e dá sentido aos caminhos adotados pelo trabalho de pesquisa. O método, como observa Oliveira (1998:21), envolve, sim, técnicas que devem estar sintonizadas com aquilo que se propõe; mas, além disso, diz respeito a fundamentos e processos nos quais se apóia a reflexão.

Na realização das entrevistas, levando em consideração que o campo que estudamos nos era bastante familiar e seguindo Van Zanten (2004:302), procuramos fazer com que tanto a escolha do campo de estudo quanto o modo de conduzi-las fossem guiados por três tipos de orientação: a pertinência teórica e prática, a necessidade de negociar um marco de interação com os atores e o controle da subjetividade.

Para selecionar o campo de estudo a ser pesquisado, foi necessário analisar com cuidado a adequação entre ele e o tema escolhido. A eleição inicial de um campo não resolve todos os problemas, porque não existe um único contexto homogêneo, no interior do qual os atores constroem sua atividade social. É importante reconstruir a pluralidade de contextos necessários para a compreensão das práticas e atitudes observadas. Nesse processo de reconstrução, participam as hipóteses e os centros de interesse do pesquisador, mas também o ponto de vista dos sujeitos estudados (Van Zanten, 2004:303)

A reflexão sobre o campo de estudo deve também integrar outra dimensão que é teórica e prática, como o grau de abertura ou fechamento do próprio campo de estudo; daí a importância de preparar a entrada no mesmo.

O segundo elemento levado em consideração na pesquisa de campo foi a interação com os sujeitos a serem entrevistados, preparando o momento da entrevista. Apresentamos seus objetivos e realizamos alguns intercâmbios via

correio eletrônico antes do encontro presencial. Já tínhamos alguma relação com a maioria dos/as entrevistados/as que eram conhecidos por nós, existindo reconhecimento mútuo no campo da educação em/para os direitos humanos.

Nesse sentido, como lembra Zago, a entrevista se desenvolve em uma relação social, o/a pesquisador/a não pode ser interpretado/a como se ele/a não fosse tal pessoa, não pertencesse a tal sexo, etnia e profissão ou ainda como se não ocupasse determinado lugar na sociedade.

A entrevista expressa realidades, sentimentos e cumplicidades que um instrumento com respostas estandardizadas poderia ocultar, evidenciando a infundada neutralidade científica daquele que pesquisa (2007: 301).

O terceiro elemento destacado por Van Zanten e do qual depende o sucesso do trabalho de campo e sua validade refere-se ao controle da subjetividade e da miopia intelectual ou social do/a pesquisador/a, para o qual é fundamental ter consciência dos limites do seu próprio “olhar” e estar aberto a ampliá-lo, tendo presente a interação com o “outro”, o/a entrevistado/a, aspectos que procuramos trabalhar ao longo de toda a pesquisa de campo, tendo também presente. como afirma Bourdieu (1998:713), que:

o [pesquisador] não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituir-lo como tal, re-situando-o no espaço social, a não ser a partir deste ponto de vista muito singular (e, num sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto a assumir (em pensamento) todos os pontos de vista possíveis. E é somente à medida que ele é capaz de se objetivar a si mesmo que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto (que é também o mesmo, em uma certa medida, um *alter ego*) e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria ou pensaria, sem dúvida, como ele.

Um aspecto também importante que tivemos presente em relação ao controle da subjetividade, especialmente quando o campo de pesquisa pode ser bastante familiar, é a postura de estranhamento frente ao nosso objeto de estudo, sabendo que o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente – e mesmo emocionalmente – diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações e experiências. Como nos lembra Velho (1978:126) em relação a esse processo,

o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido*, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente.

A seleção dos/as entrevistados/as foi realizada levando em consideração o critério de que fossem profissionais que tiveram ou ainda têm especial protagonismo no desenvolvimento da educação em/para os direitos humanos nos respectivos países estudados. Na medida das possibilidades, procurou-se, na seleção dos/as entrevistados/as, seguir o critério de atuação pessoal relacionada à educação em/para os direitos humanos, vinculação a grupos ou ONGs que tenham sido pioneiras na década de 1980, assim como representantes das novas gerações que se envolveram no trabalho de educação em direitos humanos na década de 1990. Foram realizadas no total 14 entrevistas.

No Chile, realizamos entrevistas com os seguintes profissionais, cujos perfis estão no Anexo 1:

- Abraham Magendzo
- Eduardo Rojas
- Jorge Osorio
- Marcela Tchimino
- Patrício Donoso
- Teresita Maribel Gálvez.

No Brasil, foram realizadas entrevistas com os seguintes especialistas da área, cujos perfis estão no Anexo 1:

- Aida Monteiro
- Antonio Carlos Fester
- Carlos Plastino
- João Ricardo Dornelles
- Margarida Genevois
- Maria de Nazaré Tavares Zenaide
- Maria Victória Benevides
- Sólon Eduardo Viola

Entrevistamos também Leticia Olguín Suárez, natural da Argentina e de nacionalidade costarricense, que foi diretora do projeto Educação e Direitos Humanos, promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica), desenvolvido no Brasil, Argentina, Uruguai e Costa Rica na década de 1980.

O roteiro da entrevista, semi-estruturada, com um total de 20 perguntas (Anexo 2), foi organizado a partir dos seguintes eixos:

- Trajetória profissional e social e envolvimento com a educação em direitos humanos;
- Concepções e evolução da educação em direitos humanos.
- Relação entre educação em direitos humanos e processos de democratização;
- Desafios para a educação em direitos humanos na atualidade;
- Outros tópicos.

A maioria das entrevistas foi realizada no local de trabalho do/a entrevistado/a em ambos países, tendo sido previamente agendada. No caso do Chile, fizemos o agendamento a partir do Brasil em função de aproveitar ao máximo o tempo de permanência naquele país para a realização da pesquisa de campo. Todas as entrevistas se desenvolveram em clima de liberdade e confiança, tendo os/as entrevistados/as evidenciado disponibilidade de tempo –cada entrevista durou aproximadamente duas horas – para explorar os temas abordados, assim como uma atitude colaborativa para indicar nomes de outras possíveis pessoas a serem entrevistadas, caso fosse necessário. Neste aspecto, procuramos atender àquilo que foi assinalado por Kaufmann em relação ao clima e o papel dos interlocutores na entrevista:

para atingir as informações essenciais, o pesquisador deve, com efeito, se aproximar do estilo da conversação sem entrar numa verdadeira conversação: a entrevista é um trabalho, que exige um esforço em todos os instantes. O ideal é romper a hierarquia sem cair em uma equivalência de posições: cada um dos interlocutores mantém um papel diferente [...]. O pesquisador entra no mundo do informante sem ocupar o seu lugar” (*apud* Zago, 2007:305).

Todas as entrevistas foram transcritas e introduzidas no programa Atlas ti, de análise de dados para pesquisa qualitativa, a partir de categorias construídas, tendo presente o roteiro das entrevistas e as próprias respostas dos diferentes sujeitos. No processo de transcrição levamos também em consideração a

afirmação de Bourdieu (1998:709) sobre a importância da fidelidade e da legibilidade em relação ao processo que o autor da transcrição produz. Fidelidade ao que se manifesta durante a entrevista e que não se reduz ao que é registrado na gravação. No entanto, as leis de legibilidade que se definem em relação aos destinatários potenciais com expectativas e competências muito diversas impedem a publicação de uma transcrição acompanhada das notas necessárias para restituir o que foi perdido na passagem do oral para o escrito, isto é, voz, pronúncia e entonação, ritmo, (cada entrevista tem seu tempo particular, que não é o da leitura), emoções, a linguagem dos gestos, da mímica e toda a postura corporal.

Finalmente, na análise e na redação deste texto levamos em conta, de acordo com Rosa e Arnoldi (2006:8), que o/a pesquisador/a jamais poderá se furtar à dívida de expor os meios de transformação da informação em dados e de argumentar a favor da sua adequação, que o/a levarão à/s resposta/s do problema, assim como o fato de que:

é impossível mostrar todo o material recolhido, e é impossível fazê-lo sem um trabalho de seleção, de montagem e de ‘posta em cena’, necessário para que este possa ser acessível aos leitores. É necessário também, multiplicar o recurso do material empírico na atividade da escrita através de citações de entrevistas, dos estratos de observação, de recensões elaboradas durante o trabalho de campo, não só para produzir um ‘efeito de realidade’ mas para separar-se claramente a interpretação sociológica empiricamente fundada da especulação filosófica ou de diversas tentativas ideológicas e morais. (Van Zanten 2004:309).

É importante ter presente que, no estudo de caso, o que se pretende apresentar, com base nos dados obtidos e na leitura do/a pesquisador/a, constitui uma das possíveis versões do caso, deixando aberta a possibilidade de que o leitor confirme ou conteste essa versão, com base nas evidências fornecidas. Parte-se do pressuposto de que a reconstrução do real feita pelo/a pesquisador/a não é a única possível ou correta, mas espera-se que ofereça elementos suficientes (provas, indícios), de modo que o/a leitor/a possa julgar a credibilidade do relato e a pertinência das interpretações (André, 2005:61).

Nosso trabalho está estruturado em duas partes. A primeira, *Direitos humanos e educação: um caminho em construção*, inclui dois capítulos. O Capítulo 2, intitulado *Direitos Humanos: um discurso vazio?*, traça um panorama da temática no mundo atual globalizado, tentando mostrar como a teia da vida, desde o cotidiano até a dimensão internacional, está perpassada por questões de direitos humanos. O Capítulo 3, *Educação em/para os direitos humanos: uma*

construção histórica, analisa a temática nos instrumentos internacionais, aborda seu desenvolvimento na América Latina a partir da década de 1980 até o momento atual e aprofunda no processo de construção da identidade da educação em/para os direitos humanos.

A segunda parte, *Direitos humanos e educação na América Latina: estudos de caso*, corresponde aos capítulos relativos à pesquisa empírica realizada. Está constituída por dois capítulos. Os Capítulos 4 e 5 apresentam os estudos de caso realizados sobre o desenvolvimento da educação em/para os direitos humanos no Chile e no Brasil a partir dos anos 1980 e no contexto de redemocratização vivido em cada um desses países.

Por último, apresentamos as considerações finais, intituladas *Educação em/para os direitos humanos na América Latina: tensões, sonhos, perspectivas de futuro*, afirmando, junto com Zago (2007:307), que a realização desta pesquisa foi um itinerário, um caminho que trilhamos e com o qual aprendemos muito, não por acaso, mas por não podermos deixar de questionar nossos pontos de vista diante das descobertas reveladas, seja pela leitura dos autores trabalhados, seja pelos nossos entrevistados/as, que têm outras formas de marcar suas presenças no mundo. Eles/as também nos ensinaram a olhar o outro, o diferente, com outras lentes e perspectivas. Por isso, não saímos da pesquisa do mesmo jeito que a iniciamos porque, como pesquisadora, fomos também ator social desse processo de elaboração.